

ANC 88
Pasta 01 a 04
fev/87
111

Golpes Baixos - 3 FEV 1987

JORNAL DO BRASIL

Ass. Const. 12/10

UMA assembleia constituinte e uma atmosfera política de tumulto — com os fatos se passando além do controle das lideranças — não devem andar juntas. Constituinte, sim; agitação, não.

Os brasileiros, penhorados, agradeceriam que as figuras formalmente investidas de responsabilidades de liderança tivessem em conta a necessidade de evitar, tanto quanto possível, as cenas que começaram a se multiplicar aceleradamente do meio para o fim da semana passada. Claro que, por trás do que se viu, o grande destaque é o PMDB, que saiu das eleições de novembro muito maior do que um regime democrático pode agüentar. É praticamente o único.

Não é justo que a falta de controle projete as contradições do PMDB suicidamente sobre o Governo. E muito menos que a sua inconseqüente esquerda queira tirar castanhas do fogo com a mão dos democratas. A contribuição dessa esquerda, que não ousa se apresentar lealmente sob legendas partidárias próprias, é só a impressão digital do golpismo.

Chega a ser inacreditável que um partido no Governo prepare atos nos quais transparece uma traição que também o alcança. Pois não se pode entender de outra forma, que não a traição, a manobra para que o país ficasse debaixo de uma Constituinte que, além de sua missão específica, gerisse também todas as atividades rotineiras do Congresso. Ou que — pior ainda — as suprimisse para privar o país de um poder legislativo que, por via de conseqüência, impediria o próprio Executivo de praticar atos que dependem de aprovação política do Congresso.

Não é brincadeira — é imprudência e insensatez — esse jogo perigoso que poderia levar o Brasil a um conflito institucional imprevisível em suas conseqüências e com uma aceleração incontrollável. Pois a verdade é que um grupo, depois de eleito sob a legenda do PMDB, cismou de brincar de revolução, e quer implantar por via golpista um processo para o qual o eleitorado não concedeu autorização. Vale lembrar que não houve candidatos que pedissem o voto a partir de uma proposta revolucionária. Portanto é indevido, e cheira a traição, esse oportunismo sem o menor senso moral ou político, que se introduziu na cena brasileira dos últimos dias.

O Presidente José Sarney reagiu, e fez bem em reagir, com indignação. Não se trata apenas do seu governo ou do seu mandato: o regime ficaria de

pernas para o ar no momento em que a Constituinte, que não foi eleita para isso, acabasse com a fase de transição, e abolisse as normas que regem as transformações e deram poderes aos eleitos para dotar o país de uma nova constituição.

A opinião pública conseguiu encontrar na saudável reação do Presidente Sarney o seu sentimento de que democracia é outra coisa, exatamente o contrário do que se viu na iniciativa golpista. É preciso deixar claro, de uma vez por todas, que o mandato presidencial não está em causa. A Constituinte não é um tribunal político com poderes para julgar o Presidente Sarney, e sim para elaborar uma Constituição à altura da oportunidade brasileira de construir um regime democrático com potencial duradouro. Mais nada.

É preciso, na oportunidade, deixar também claro que, se ocorre o desencontro, é por falta de liderança ou culpa dos nominalmente responsáveis pela falta de controle dos liderados. Não é, no caso, apenas o desmesurado crescimento do PMDB, que elegeu gente fora das suas idéias. Tanto elegeu os oportunistas que se passaram para a legenda prestigiada pelos instrumentos do poder, como continua a reter os radicais de esquerda, que não tiveram a coragem, nem a lealdade, de se apresentar por partidos de esquerda.

Vale lembrar um dos muitos exemplos de como um candidato a duas posições que dependem de votos não pode exercer uma responsabilidade política convergente. Ulisses Guimarães vem funcionando, com risco crescente e omissão generalizada, como uma espécie de tutor tácito da nova república. Ora, no momento em que passou a ser candidato a uma reeleição, com base num sofisma, comprometeu a sua credibilidade e favoreceu a rebeldia. O pior, porém, foi o fato de que o presidente do PMDB prestigiou um deputado que tentou quebrar a formalidade da sessão de instalação da Constituinte com uma impertinente questão de ordem.

Não são os brasileiros que precisam meditar: recomenda-se aos políticos que reservem tempo para o exame — não do ponto de vista dos seus interesses, mas do ângulo da própria República — dos fatos que se passam aquém do mínimo de grandeza capaz de justificar a consciência histórica. O Brasil precisa fazer a História, e ela só se faz com grandeza e lealdade. Fora daí, é aventura.